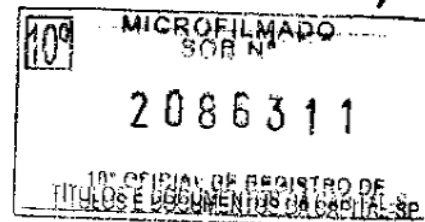


1ª R.T.D. Reg. 78.497 Livro B



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

Entre

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.
como Emissora

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Agente Fiduciário

e

HYPERMARCAS S.A.
como Fiadora

datado de 29 de setembro de 2015

[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A., companhia fechada com sede na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Rua VP-R3, Quadra 2-C, Módulo 1-B, DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-015, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 05.161.069/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário"); e

HYPERMARCAS S.A., companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nova Cidade, nº 404, Vila Olímpia, CEP 04547-070, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.932.074/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora" e, em conjunto com Emissora e com o Agente Fiduciário, "Partes");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 29 de setembro de 2015 ("AGE Emissão"), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo conforme disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. A Fiança (conforme definido abaixo) é prestada e esta Escritura de Emissão celebrada pela Fiadora de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 29 de setembro de 2015 ("RCA Fiança"), nos termos do estatuto social da Fiadora.

Cláusula Segunda – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A presente 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão"), para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão

de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, desde que expedidas até a comunicação do encerramento da Oferta à CVM.

2.2. Arquivamento e Publicações da AGE Emissão e da RCA Fiança

2.2.1. A ata da AGE Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás ("JUCEG") e será publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de Goiás ("DOEGO"); e (ii) no jornal Diário da Manhã com circulação na região de Anápolis/GO, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA Fiança será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e será publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) no jornal Valor Econômico.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCEG, de acordo com o artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em virtude da Fiança (conforme definido abaixo), esta Escritura de Emissão e seus eventuais Aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de Anápolis, Estado de Goiás e São Paulo, Estado de São Paulo.

2.3.3. Uma via original desta Escritura de Emissão e eventuais Aditamentos devidamente registrados nos termos das Cláusulas 2.3.1 e 2.3.2 acima deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis após a obtenção do registro.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública, observado o disposto na Cláusula 3.5 abaixo, no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.6 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5. Objeto Social

2.5.1. Conforme o estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto: (a) a indústria e o comércio de insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos, drogas, matérias-primas e produtos de higiene e dietéticos; (b) fabricação e o comércio de medicamentos alopáticos e homeopáticos para uso humano e veterinário; produtos saneantes e domissanitários; produtos de perfumarias e cosméticos; (c) calibração e aferição de equipamentos eletrônicos para terceiros; fabricação e comércio de produtos para saúde, correlatos, materiais, artigos, produtos, partes e acessórios de uso ou de aplicação médica, hospitalar, cirúrgica, odontológica ou laboratorial destinada ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento, reabilitação da saúde, produtos descartáveis, implantes, líquidos, sólidos, semi-sólidos, produtos para diagnósticos de uso "in vitro" e outros; atividades de envasamento e empacotamento (industrialização) por conta de terceiros, podendo inclusive re-embalar sais e insumos farmacêuticos e comercializá-los; (d) fabricação e comércio de suplementos de ração animal e produtos afins e de produtos alimentícios e bebidas, tais como: a produção de sucos de frutas e de legumes; fabricação de produtos do laticínio; fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba; fabricação de açúcar de estévia; fabricação de produtos dietéticos; alimentos para crianças; alimentos especiais enriquecidos; complementos alimentares, complementares nutricionais e outros alimentos conservados; (e) distribuição dos produtos fabricados e industrializados, previstos em seu objetivo social; a importação e exportação; (f) quaisquer outras operações que direta ou indiretamente se relacionem com seu objeto; e (g) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 350 (trezentas e cinquenta) Debêntures.

3.5. Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional

Fidejussória, em Série Única, da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. A distribuição pública terá como público alvo Investidores Profissionais (conforme definido abaixo). Nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), são considerados investidores profissionais ("Investidores Profissionais"): (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, elaborado de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

3.5.2.1. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476: (i) será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cir quenta) Investidores Profissionais.

3.4.2.2. Fica desde já entendido que, nos termos da Instrução CVM 476, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na Cláusula 3.5.2.1 acima.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando sua condição de investidor profissional, nos termos do Anexo 9-A da Instrução CVM 539, e afirmando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.

3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto desta Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. A colocação das debêntures deverá ser efetuada, observadas as regras da Instrução CVM 476, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição.

3.6. Negociação

3.6.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.6.2. São considerados investidores qualificados aqueles definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539, quais sejam ("Investidores Qualificados"): (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam Investidores Qualificados.

3.6.3. Nos termos do artigo 9º-C da Instrução CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora e refinanciamento de obrigações de curto prazo da Emissora.

3.8. Banco Liquidante de Emissão e Escriturador

3.8.1. O banco liquidante e escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, s/nº, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 08 de outubro de 2015 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando com garantia adicional fidejussória, nos termos da Cláusula 4.24 abaixo.

4.4.2. Exceto pela Fiança (conforme definido abaixo), as Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

4.5. Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, em uma única data, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, por seu Valor Nominal Unitário.

4.6. Prazo e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 08 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento e de resgate antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, após o término do período de carência de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, sendo que a primeira parcela será amortizada ao final do 2º (segundo) ano a contar da Data de Emissão, isto é, no dia 08 de outubro de 2017, a segunda parcela será amortizada ao final do 3º (terceiro) ano a contar da Data de Emissão, isto é, no dia 08 de outubro de 2018, e a última parcela será amortizada na Data de Vencimento, de acordo com a tabela abaixo.

Parcela	Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1	08 de outubro de 2017	33,3300%
2	08 de outubro de 2018	33,3300%
3	Data de Vencimento	saldo

4.8. Remuneração e Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios, calculados a partir da data de integralização e subscrição das Debêntures, equivalentes a 110% (cento e dez por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração").

4.8.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a data de integralização e subscrição das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), ou na data de resgate antecipado, conforme o caso).

4.8.1.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

VNe - Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$Fator DI$ - produtório da Taxa DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$$

onde:

k - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n ;

n - Número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo o "n" um número inteiro.

P - 110,00 (cento e dez) aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
- O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.8.1.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de integralização e subscrição das Debêntures e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) subsequente. Nos demais Períodos de Capitalização será o intervalo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.1.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.8.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, deverá ser aplicada para fins do cálculo da Remuneração a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.8.1.6. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Cláusula Sétima abaixo), a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.8.1.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.8.1.8. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

(i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), conforme o caso. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora: (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção; e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida AGD. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.8.1.9. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam Debenturistas ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento.

4.8.1.10. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 08 dos meses de abril e outubro, sendo a primeira data de pagamento de remuneração em 08 de abril de 2016 e a última data de pagamento de remuneração na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.10.1. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEG.

4.11. Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou Resgate Antecipado Facultativo Total

4.11.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão: (i) a amortização antecipada facultativa parcial das Debêntures, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

4.11.2. A Amortização Antecipada Facultativa Parcial e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação individual por escrito ao Agente Fiduciário e, aos Debenturistas, por meio de publicação nos termos da Cláusula 4.17 abaixo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ("Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total"). A Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial e a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso, deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, observado o limite definido na Cláusula 4.11.1 acima, ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; e (iii) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

4.11.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP por meio de correspondência quanto à realização de Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme o caso, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e do Escriturador.


4.11.4. O valor a ser pago aos Debenturistas em razão da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) a ser amortizado ou Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) a ser resgatado, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração e dos encargos moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis* desde a data de integralização e subscrição das Debêntures (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; e (ii) de Prêmio de Resgate Antecipado ou Amortização Facultativa Parcial (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 4.11.5 abaixo, que será pago simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Facultativa Parcial, conforme o caso.

4.11.5. Será devido pela Emissora aos Debenturistas o pagamento de prêmio correspondente aos percentuais indicados na tabela abaixo, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios, se for o caso, desde a data de integralização e subscrição das Debêntures (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso, caso a Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou o Resgate Antecipado Facultativo Total seja realizada(o) em cada um dos períodos compreendidos na tabela abaixo ("Prêmio de Resgate Antecipado ou Amortização Facultativa Parcial").

Período (contado a partir da Data de Emissão)	Prêmio
Do 1º a 360º dia	1,20% flat
Do 361º a 720º dia	0,96% flat
Do 721º a 1080º dia	0,74% flat
Do 1081º a 1461º dia	0,53% flat

4.11.6. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.12.2 e 4.12.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de integralização e subscrição das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"): 

- (a) pedido por parte da Emissora, da Fiadora e/ou por qualquer de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Fiadora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autotalência, pedido de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer das suas controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora, da Fiadora e controladas, não elidido no prazo legal;
- (c) não pagamento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a data em que tal pagamento tornar-se exigível, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, da Remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (d) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou à Fiadora, sendo que este prazo não se aplica àquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (e) redução de capital social da Fiadora igual ou superior a 15% (quinze por cento), exceto:
- (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado por Debenturistas representando maioria das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD. No que diz respeito às reduções de capital da Emissora, ficam desde já autorizadas eventuais reduções que possam vir a ocorrer em seu capital social em qualquer montante, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) protestos de títulos contra a Emissora, contra a Fiadora e/ou contra quaisquer das suas controladas, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de intimação para pagamento do(s) respectivo(s) protesto(s) ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior aos 10 (dez) dias úteis, tiver sido comprovado que: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) foi apresentada a defesa ou o valor foi depositado em juízo;
- (g) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Emissora, da Fiadora e/ou das suas controladas e/ou controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora e/ou da Fiadora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no mercado local ou internacional, salvo se a Emissora e/ou a Fiadora comprovar(em), até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente seguinte à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- (h) pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de

suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;

- (i) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (j) cessão, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos Debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (k) transformação do tipo societário da Emissora;
- (l) se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava Participações S.A. como a principal acionista do atual bloco de controle da Fiadora; ou se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava Participações S.A.;
- (m) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Fiadora, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Emissora e/ou pela Fiadora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), bem como na regulamentação aplicável), afete negativamente a capacidade da Fiadora cumprir com suas obrigações financeiras;
- (n) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças, essenciais para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas controladas, cujas referidas atividades representem investimento da Emissora e/ou da Fiadora em valor igual ou superior equivalente a 10% (dez por cento) do faturamento consolidado da Fiadora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a Fiadora comprove(m) a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, da Fiadora e/ou de suas controladas, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (o) mudança ou alteração no objeto social da Fiadora que modifique as atividades atualmente por ela(s) praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (p) não observância pela Fiadora de qualquer dos seguintes índices financeiros, por dois semestres consecutivos, a serem calculados sempre com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Fiadora de dezembro e junho, iniciando-se com as informações contábeis de dezembro de 2015:
 - (i) Índice de Alavancagem: Dívida Financeira Líquida / EBITDA: o índice de alavancagem deve ser igual ou inferior a 3,75x, sendo que será considerado o maior EBITDA entre: (a) o EBITDA acumulado dos últimos 12 (doze) meses; e (b) o EBITDA do último trimestre multiplicado por 4,0; e

(ii) Índice de Cobertura de Juros: EBITDA / Despesa de Juros Líquidos: o índice de cobertura de juros deve ser igual ou superior a 2,0x considerando os últimos 12 (doze) meses.

Onde:

"Dívida Financeira Total": significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercados de capitais e dívidas de terceiros (excluindo as subsidiárias da Fiadora) garantidas pela Fiadora e/ou suas subsidiárias, acrescido das dívidas decorrentes das aquisições realizadas pela Fiadora e/ou suas subsidiárias, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora apresentadas à CVM.

"Dívida Financeira Líquida": significa a Dívida Financeira Total, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras da Fiadora e das suas subsidiárias, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora apresentadas à CVM.

"EBITDA": significa o somatório: (a) do resultado operacional conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora (excluindo as receitas e as despesas financeiras); e (b) todos os montantes de depreciação e amortização.

"Despesa de Juros Líquidos": significa as despesas da Fiadora e das suas subsidiárias, relacionadas ao total de juros a pagar incidentes sobre o montante da dívida em determinado período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos na medida em que tais financiamentos constituam Dívida Financeira Total diminuída das receitas da Fiadora e das suas subsidiárias em qualquer período, relacionadas ao total de juros recebidos provenientes de suas aplicações financeiras.

(q) inobservância material da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como o incentivo pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas controladas ou controlador, à prostituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, conforme: (i) verificado pelo proferimento de decisão administrativa ou judicial contra a Emissora, contra a Fiadora, suas controladas, controladoras ou controlador, apontando tal inobservância ou incentivo; ou (ii) pela inclusão da Emissora, da Fiadora, suas controladas, controladoras ou controlador em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental, desde que, em qualquer dos casos, não revertido no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo proferimento ou inclusão;

(r) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora durante a vigência das Debêntures e/ou do Contrato de Distribuição;

(s) alteração do estatuto social da Fiadora, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Fiadora durante a vigência das Debêntures desta Emissão, desde que haja uma retirada efetiva de acionistas que representem respectivamente, individual ou conjuntamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital social da Fiadora; e

(t) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas nos termos da Cláusula 7.4.3 abaixo, desde que a Fiadora deixe de ser a controladora da Emissora.

4.12.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (f), (g) e (i) da Cláusula 4.12.1 acima serão reajustados anualmente de acordo com o IPCA ("Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo").

4.12.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (g), (h), (i), (j), (k), (s) e (t) da Cláusula 4.12.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento antecipado condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (d), (f), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) da Cláusula 4.12.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que os Debenturistas e o Agente Fiduciário tomarem conhecimento do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, AGD para deliberar sobre a eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 4.12.3 abaixo. A AGD a que se refere este deverá ser realizada no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.12.3. Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (d), (l), (m), (n) e (o) da Cláusula 4.12.1 acima.

4.12.4. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.12.2. acima por falta de quorum após a segunda convocação; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.12.3. acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 4.12.1. acima.

4.12.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a data de integralização e subscrição das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados: (i) da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão; ou (ii) da data da realização da AGD acima mencionada, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.13 abaixo.

4.12.6. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.12.5 acima com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação

ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.14. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento a partir da data em que tais recursos tornaram-se disponíveis aos Debenturistas, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Emissora, se for o caso.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no DOEGO e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores no seguinte endereço: www.brainfarma.com.br. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.18. Aquisição Antecipada Facultativa

4.18.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, incluindo as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures caso algum dos Debenturistas deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula 4.18 poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.18.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.18.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.19. Comprovação de Titularidade

4.19.1. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas na CETIP, o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.20. Imunidade de Debenturistas

4.20.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Liquidez e Estabilização

4.21.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.22. Fundo de Amortização

4.22.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.23. Classificação de Risco

4.23.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta.

4.24. Garantia Fidejussória

4.24.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principal e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, a Fiadora presta fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), conforme os termos e condições abaixo, e firma esta Escritura declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.

4.24.2. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos pela Fiadora, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos encargos moratórios calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios arbitrados judicialmente, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.24.3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora constatando a mora da Emissora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas. O pagamento do Valor Garantido pela Fiadora deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.24.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

4.24.5. Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação pecuniária, principal ou acessória, inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura de Emissão, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.

4.24.6. Observado o disposto na Cláusula 4.16.3 acima, a Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77, inciso I, e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.24.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, ressalvado o direito da Fiadora em depositar em juízo ou em uma conta garantida (*escrow*), em benefício dos Debenturistas, o Valor Garantido, no caso de pendência de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações.

4.24.8. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.24, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.24.9. Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de qualquer obrigação pela Emissora, no prazo estipulado nesta Escritura de Emissão, não configura em nenhuma hipótese inadimplemento pela Fiadora das obrigações por ela assumidas nos termos desta Escritura de Emissão.

4.24.10. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.24.11. As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e

- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (h) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (k) cumprir todas as leis, regras, regulamentos relevantes, inclusive ambiental, essenciais para o exercício de suas atividades;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CETIP;
- (r) assegurar que, na data em que foram prestadas, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

- (s) manter pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data de celebração desta Escritura de Emissão toda a documentação relativa à Oferta, nos termos do artigo 18-A da Instrução CVM 476;
- (t) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço, sendo certo que serão utilizados para este fim a estrutura e o departamento destinados ao atendimento de investidores da Fiadora; e
- (u) observar todas as determinações emanadas da Instrução CVM 476, incluindo sem limitação obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

5.2. As despesas a que se refere o item (o) da Cláusula 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, incluindo, transportes, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (d) em caso de vencimento antecipado das Debêntures, despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações

intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.3. A Fiadora está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo máximo de até: (a) 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras anuais da Fiadora, relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item (p) da Cláusula 4.12.1 acima, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros;

(ii) no prazo máximo de até: (a) 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras da Fiadora, após o término do semestre findo em 30 de junho de cada ano, o relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item (p) da Cláusula 4.12.1 acima, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros; e

(iii) confirmar, anualmente, por meio de declaração firmada pelo Diretor de Relações com Investidores da Fiadora, na forma do seu estatuto social, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do encerramento do prazo previsto pela legislação em vigor para entrega das demonstrações financeiras da Fiadora, atestando que: (i) permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta; e (iv) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (j) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª Emissão de Debêntures da Fiadora, para colocação privada, no montante de R\$1.099.996.084,00 (um bilhão, noventa e nove milhões, novecentos e noventa e seis mil e oitenta e quatro reais) correspondente a 1.097.450 debêntures em duas séries, da espécie com

garantia flutuante, sem garantias adicionais, sendo o vencimento da 1ª série em 15 de outubro de 2015 e o vencimento da 2ª série em 15 de outubro de 2018; e

(n) assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se na alínea (m) acima.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

(a) parcelas anuais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes até o fiel cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

(b) as parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata die se necessário;

(c) a remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora no âmbito da Emissão;

(d) as parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento;

(e) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (a) a assessoria aos titulares das debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures; (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora; e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;

(f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e

(g) a Emissora, mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios

das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos na JUCEG, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo.
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (viii) pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, com base na declaração a ser fornecida pelo Diretor de Relações com Investidores da Emissora;
 - (x) relação dos bens e valores entregues a sua administração; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório;

- (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
 - (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
 - (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
 - (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.17 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
 - (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (r) acompanhar semestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos no item (p) da Cláusula 4.12.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
 - (s) acompanhar e validar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.
- 6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão:
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
 - (b) requerer a falência da Emissora;

- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.
- 6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a AGD assim autorizado pela unanimidade dos Debenturistas. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.
- 6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.
- 6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.
- 6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.
- 6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.
- 6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de Aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 4.10 acima.
- 6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos na Cláusula 4.18 acima.
- 6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas.

7.1. Convocação

7.1.1. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número.

7.2.2. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação": todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores, dos seus diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, as deliberações em AGD serão tomadas pela maioria dos presentes à AGD.

7.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar características das Debêntures, quais sejam: (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iv) Data de Vencimento; (v) quoruns de deliberação de AGD previstos nesta Cláusula 7; e (vi) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas na Cláusula 4.12 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 80% (oitenta por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula Quarta acima.

7.4.3. As deliberações que digam respeito a quaisquer características das Debêntures não incluídas na Cláusula 7.4.2 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.5. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 7.4.1. acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão.

7.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.8. As alterações aos termos e condições das Debêntures somente poderão ser levadas para deliberação em AGD por meio de proposta feita pela Emissora ou desde que acordado pela Emissora e pelos Debenturistas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

(a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações sem registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;

- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a distribuição das Debêntures não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (h) as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos períodos encerrados em 2014, 2013 e 2012 e ao período encerrado no primeiro semestre de 2015 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;
- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

- (m) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de quatro meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (n) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas; e
- (o) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. A Fiadora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir com todas as suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações por ela assumidas nesta Escritura de Emissão e a Fiança constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a prestação da Fiança não infringem ou contrariam:
- (i) qualquer contrato ou documento no qual a Fiadora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto pela Fiança, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) cumpre e faz cumprir, bem como suas sociedades controladas e funcionários, de forma irrevogável e irretratável, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846/13, na medida em que: (i) mantém políticas internas que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) abstém-se de praticar diretamente atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício; (iii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, compromete-se a tomar todas as providências que entender necessárias para a mitigação de tal ato ou fato;

(g) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(h) a Fiadora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Fiadora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e

(i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Fiadora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além das informações disponibilizadas pela Fiadora ao mercado.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

Rua VP-R3, Quadra 2-C, Módulo 1-B

DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis

CEP 75132-015, Anápolis/GO

At.: Sr. Breno Toledo Pires de Oliveira

Telefone: (11) 3627- 4242

Fac-símile: (11) 3627-4371

Correio Eletrônico: ri@hypermarcas.com.br / tesouraria@hypermarcas.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

04538-132 – São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Telefone: (11) 2172-2628 / 2613

Fac-símile: (11) 3078-7264

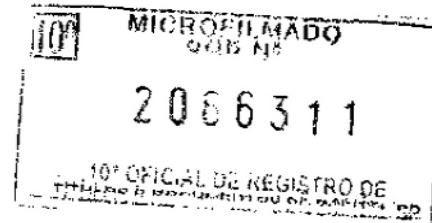
Correio Eletrônico: vrodrigues@planner.com.br / tlima@planner.com.br /
fiduciario@planner.com.br

Para a Fiadora:

HYPERMARCAS S.A.

Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 24º andar, Conjunto 241

1º R.T.D. Reg. 78.497 Livro 3



Edifício Continental Tower, Bairro Cidade Jardim

CEP 05502-001, São Paulo/SP

At.: Sr. Breno Toledo Pires de Oliveira

Telefone: (11) 3627-4242

Fac-símile: (11) 3627-4371

Correio Eletrônico: ri@hypermarchas.com.br / tesouraria@hypermarchas.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco/SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fac-símile: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3115-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações



assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

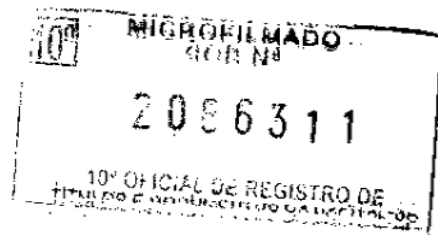
10.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

10.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para verificar o atendimento dos índices financeiros previstos no item (p) da Cláusula 4.12.1 acima.

1º R.T.D. Reg. 78.497 Livro 3



Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Anápolis/GO, 29 de setembro de 2015.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinaturas.)

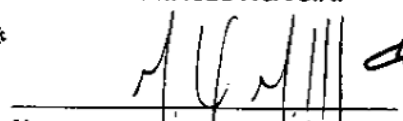
1º R.T.D. Reg. 78.497 Livro B



(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.)

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.


Nome:
Cargo: Breno Toledo Pires de Oliveira
Diretor


Nome:
Cargo: Martin Prado Mattos
Diretor Administrativo Financeiro

32
RUA OLÍVIA GUEDES PENTEADO, Nº 54 - CAPELA DO SOCORRO - CAPITAL - SP
CEP: 14766-000 - TELEFONE: (11) 5546.3232 - WWW.UZCARTOING.COM.BR

Reconheço Por Autenticidade Firma de

[GMCzu0x8] - MARTIN PRADO MATTOS

[GMCzu0D8] - BRENO TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA

.....

São Paulo, 29 de Setembro de 2015

Em test. da verdade.

PAULO ROGERIO GOMES

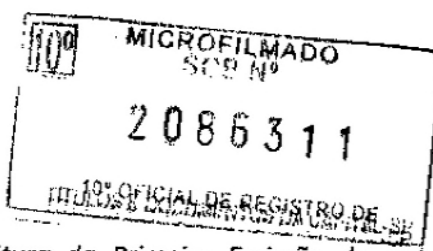
Selo(s): AB223508 a AB223509

Valor: R\$24,60

Válido somente com selo de Autenticidade.



1º R.T.D. Reg. 78.497 Livro 3



(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.)

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



Nome: Tatiana Lima
Cargo: Procuradora

Nome: Aline Cunto
Cargo: Procuradora

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel AVELINO LUIS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 393 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

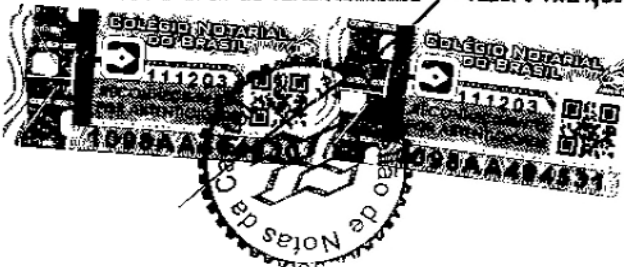
Reconheço Por Autenticidade a(s) firma(s) de
TATIANA DE OLIVEIRA LIMA (502968), ALINE PAPILE CUNTO
(502969) L.807 T.340.

São Paulo, 29 de Setembro de 2015. Em test. da verdade.

RENATO CARLOS DE SOUZA ESCRIVENTE
RENATO CARLOS DE SOUZA ESCRIVENTE

ME 0044/290915

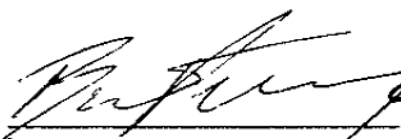
Válida somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$24,60



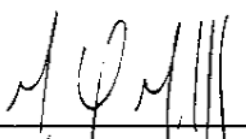
1º R.T.D. Reg 78.497 Livro 3



(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brainforma Indústria Química e Farmacêutica S.A.)

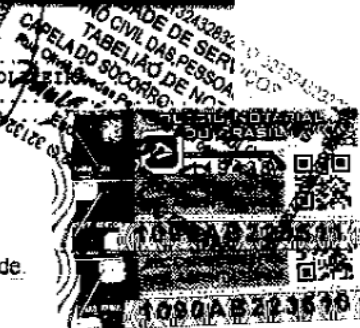

Nome: Breno Toledo Pires de Oliveira
Cargo: Diretor de Relações com Investidores

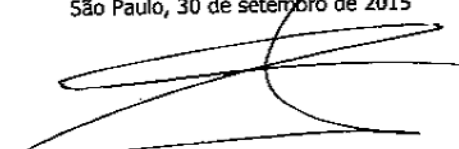
HYPERMARCAS S.A.


Nome: Marfim Prado Mattos
Cargo: D. Executivo Financeiro e de Controladoria

32 RUA CLÍVIA GUEDES PENTEADO, Nº 94 - CAPELA DO SOCORRO - CAPITAL - SP
CEP: 34766-000 - TELEFONE: (11) 5546.1234 - WWW.32.COM.BR

Reconhecido Por Autenticidade Firma de
[GMCzuox] - MARTIN PRADO MATTOS
[GMCzuod] - BRENO TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA
São Paulo, 29 de Setembro de 2015
Em test. da verdade.
PAULO ROGERIO GOMES
Selo(s): AB223510 a AB223511
Valor: R\$24,60
Valido somente com selo de Autenticidade.



	10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
	Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 22.919.536/0001-48
	Renata Cristina de Oliveira Santos Aoki - Oficiala
Emol.	R\$ 8.588,88 Protocolado e prenotado sob o n. 2.086.311 em
Estado	R\$ 2.441,06 30/09/2015 e registrado, hoje, em microfilme
Íspes	R\$ 1.258,50 sob o n. 2.086.311, em títulos e documentos.
R. Civil	R\$ 452,05 São Paulo, 30 de setembro de 2015
T. Justiça	R\$ 589,46
M. Público	R\$ 412,27
Iss	R\$ 171,77
Total	R\$ 13.913,99
Selos e taxas Recolhidos p/verba	
 Renata Cristina de Oliveira Santos Aoki - Oficiala Envelton de Oliveira Rodrigues - Escrevente Autorizado	

(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.)

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG: Sandra Freire de Lima

CPF: RG: 19.558.265-2

CPF: 140.583.258-44

Nome:

RG: Fernanda Silva

CPF: RG: 28.569.558-7

CPF: 283.839.718-42

